



**PARAPANEMA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
 Companhia Aberta  
 CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79 - NIRE 29.300.030.155

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

#### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Nesse 4T22 o principal foco principal da Companhia foi o de assegurar a continuidade das operações em meio às dificuldades de obtenção de crédito para capital de giro. Diante da situação de agravamento de sua situação financeira causada pela falta da entrada de recursos esperados em 3T22, pelo cenário macro econômico e pela necessidade de empregar caixa próprio para honrar os compromissos assumidos com os principais credores, a Companhia visando a continuidade e a recuperação de suas operações, atuou em conjunto com o CDPC - Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda. e Parabanua Agropecuária Ltda., sociedades controladas pela Companhia, o pedido de recuperação judicial. O pedido foi deferido em 13 de dezembro de 2022 pelo Juízo da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª RAJ da cidade de São Paulo. Presentemente ao pedido de recuperação judicial a Companhia firmou acordos de fornecimento de matéria-prima para suprir parte das necessidades das plantas industriais de Dias d'Ávila (BA), Utinga (SP) e Serra. Em 16 de fevereiro de 2023 a empresa protocolou seu Plano de Recuperação Judicial (PRJ), o qual prevê vários meios de recuperação para reestabelecer seu equilíbrio econômico e retomar seu crescimento. O PRJ inclui novas condições de pagamento de seus credores, bem como a possibilidade de conversão de créditos em ações da Companhia, a possibilidade de venda de determinados ativos e condições especiais de pagamento para credores que continuem a fornecer bens e serviços. A Companhia não efetuou o pagamento da parcela semestral do Acordo Global com Credores em dezembro e não cumpriu com os covenants em 31 de dezembro de 2022. Em conformidade com o CPC 26, a Companhia teve seus vencimentos reclassificados para o Passivo de Curto Prazo no montante de R\$ 2.250 milhões. A Companhia segue em negociação com os Credores do Acordo Global com o intuito de obter um waiver de covenants e um acordo de standstill enquanto discute com tais credores novas condições para o equacionamento de seu passivo. Em relação a redução de custos, a despeito do cenário inflacionário a Companhia conseguiu atuar fortemente em ganhos de eficiência e reduziu seus custos fixos e ociosidade em 9% em relação ao ano anterior, trazendo uma economia de aproximadamente R\$ 45 milhões. Através de suas operações, no 4T22, a Companhia obteve uma geração operacional de caixa negativa de R\$ 37 milhões. No ano, acumulou uma geração operacional de caixa positiva de R\$ 218 milhões considerando as vendas de ativos não operacionais. A Companhia contabilizou R\$ 68 milhões, além de demais ações para preservar o caixa da companhia e garantir sua continuidade operacional. A receita líquida do 4T22 foi de R\$ 167 milhões para um volume de vendas de 9.478 toneladas de produtos de cobre, refletindo os impactos da falta de fontes de financiamento para capital de giro. No ano a receita líquida foi de R\$ 2.006 milhões, representando uma redução de 57% em relação ao ano anterior em função do baixo volume de produção e vendas. O Prejuízo Líquido em 2022 foi de R\$ 2.701 milhões, fortemente impactado pelo baixo volume de vendas, pelo ajuste a valor de mercado de seus ativos, dentre os quais o direito creditório da exclusão do ICMS sobre a base do PIS/COFINS que foi ajustado em R\$ 466 milhões. Outro impacto relevante sobre o resultado líquido foi o ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$ 779,4 milhões em função da descontinuidade do Other Comprehensive Income - "OCI", que era parte integrante do programa de hedge accounting da Companhia e que tinha o reconhecimento diferido no Resultado Operacional conforme a projeção das suas Receitas e Prêmios. Diante da atual situação da Companhia e considerando que a aprovação de seu Plano de Recuperação Judicial na Assembleia Geral de Credores se dará somente em data futura, a administração e auditores entendem que o atual momento pode indicar a existência de incerteza relevante que levanta dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional e decidiram realizar o ajuste deste item, cujo objeto de hedge são as projeções de Receitas e Prêmios. Adicionalmente aos impactos citados sobre o resultado líquido do ano, houve o reconhecimento de provisões tributárias, em especial para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em virtude do posicionamento firmado pelo STJ no bojo dos Recursos Extraordinários 955227 e 949297, que impactou os resultados em R\$ 556,5 milhões, além de efeitos da variação cambial sobre a dívida e outras provisões de balanço em dólar. Quando excluídos tais efeitos do resultado, bem como depreciação e amortização e encargos financeiros, tem-se um Prejuízo Líquido ajustado no período de R\$ 637 milhões.

#### DESEMPENHO ECONÔMICO

Receita Líquida						
Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T21	4T22	Δ %	2021	2022	Δ %
<b>Cobre Primário</b>	<b>165.154</b>	<b>90.835</b>	<b>-45%</b>	<b>1.489.393</b>	<b>739.385</b>	<b>-50%</b>
% das Receitas	15,9%	54,5%	38,6 p.p.	31,6%	36,9%	5,3 p.p.
<b>Produtos de Cobre</b>	<b>751.134</b>	<b>71,598</b>	<b>-90%</b>	<b>2.675.462</b>	<b>1.117.076</b>	<b>-58%</b>
% das Receitas	72,3%	42,9%	-29,4 p.p.	56,7%	55,7%	-1,0 p.p.
<b>Vergalhões, Fios e outros</b>	<b>521.305</b>	<b>34.763</b>	<b>-93%</b>	<b>1.925.341</b>	<b>512.620</b>	<b>-73%</b>
<b>Barras/Perfis/Arames/Laminados/Tubos/Conexões</b>	<b>229.829</b>	<b>36.795</b>	<b>-84%</b>	<b>750.121</b>	<b>604.456</b>	<b>-19%</b>
<b>Produtos</b>	<b>122.551</b>	<b>4.333</b>	<b>-96%</b>	<b>550.107</b>	<b>149.525</b>	<b>-73%</b>
% das Receitas	11,8%	2,6%	-9,2 p.p.	11,7%	7,5%	-4,2 p.p.
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>1.038.839</b>	<b>166.726</b>	<b>-84%</b>	<b>4.714.962</b>	<b>2.005.986</b>	<b>-57%</b>
Mercado Interno [%]	46,3%	30,2%	-16,1 p.p.	36,3%	40,7%	4,4 p.p.
Mercado Externo [%]	50,4%	63,0%	12,7 p.p.	61,2%	53,6%	-7,5 p.p.
Transformação [%]	3,4%	16,3%	12,9 p.p.	2,6%	6,5%	3,9 p.p.

A receita líquida do 4T22 foi de R\$ 167 milhões para um volume de vendas de 9.478 toneladas. No ano, a receita líquida foi de R\$ 2.006 milhões, representando uma redução de 57% em relação ao ano anterior em função do baixo volume de vendas, que fechou em 57.838 toneladas de cobre contra 98.157 toneladas do ano anterior. A Receita Líquida da Companhia sofre o impacto negativo do Other Comprehensive Income - "OCI" (Ajuste de Avaliação Patrimonial), que corresponde ao efeito do monetário da variação cambial de 2015 diferida por conta de ajustes na contabilidade de hedge que impactou negativamente a Receita da Companhia em R\$ 16 milhões no 4T22 e R\$ 58 milhões no ano.

Lucro Bruto						
Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T21	4T22	Δ %	2021	2022	Δ %
<b>Receita Líquida</b>	<b>1.038.837</b>	<b>166.726</b>	<b>-84%</b>	<b>4.714.962</b>	<b>2.005.986</b>	<b>-57%</b>
<b>CPV Total</b>	<b>(1.075.137)</b>	<b>(574.671)</b>	<b>-47%</b>	<b>(4.984.476)</b>	<b>(2.504.151)</b>	<b>50%</b>
(-) Custo do Metal	(906.209)	(180.506)	-80%	(4.309.205)	(1.873.201)	57%
(-) Custo de Transformação	(168.928)	(394.165)	133%	(675.271)	(630.950)	7%
CPV Total/tonelada vendida 1	50,9	60,6	19%	50,8	43,3	-15%
Custo do Metal/tonelada vendida 1	42,9	19,0	-56%	43,9	32,4	-26%
Custo de Transformação/tonelada vendida	8,0	41,6	420%	6,9	10,9	59%
<b>Prejuízo Bruto</b>	<b>(36.300)</b>	<b>(407.945)</b>	<b>-204%</b>	<b>(269.514)</b>	<b>(498.165)</b>	<b>-85%</b>
% das Receitas	-3,5%	-244,7%	-242,2 p.p.	-5,7%	-24,8%	-19,1 p.p.
<b>Lucro Bruto Ajustado (LME e Dólar no Estoque/OCI e Ociosidade)</b>	<b>54.166</b>	<b>(85.071)</b>	<b>-257%</b>	<b>156.369</b>	<b>(104.825)</b>	<b>-167%</b>
% das Receitas	5,2%	-51,0%	-56,2 p.p.	3,3%	-5,2%	-8,5 p.p.
Prêmio	132.628	(13.780)	-110%	405.577	132.785	-67%
Prêmio/Receita Líquida [%]	12,8%	-8,3%	-21,0 p.p.	8,6%	6,6%	-2,0 p.p.
Outros ativos não circulantes	6,3	(1,5)	-123%	4,1	2,3	-44%

#### BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>ATIVO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	05	2.447	26.592	2.500	40.115
Aplicações financeiras	05	21.309	16.332	21.309	16.332
Banco conta vinculada	05	97	-	97	-
Contas a receber de clientes	07	40.678	109.075	40.678	108.995
Estoques	02	291.811	716.477	291.814	718.479
Impostos e contribuições a recuperar	08	108.624	166.123	110.980	168.118
Outros ativos circulantes	09	6.021	22.258	6.054	22.286
Instrumentos financeiros derivativos	28	87.840	5.439	87.840	5.439
Despesas antecipadas		8.822	10.765	8.822	10.765
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>567.652</b>	<b>1.073.063</b>	<b>568.963</b>	<b>1.089.579</b>
Ativos mantidos para venda	10	22.636	97.553	22.636	97.553
Aplicações financeiras	05	41	4.321	41	4.321
Impostos e contribuições a recuperar	08	168.412	560.961	181.003	617.369
Depósitos de demandas judiciais	09.2	37.200	37.271	37.200	37.271
Outros ativos não circulantes	09.1	52.158	67.487	52.719	68.085
Despesas antecipadas		6.899	8.807	6.899	8.807
Direito de uso de Ativo	15	12.256	11.398	12.256	11.398
Investimentos	11	27.082	60.317	-	-
Outros investimentos	12	2.216	2.511	2.216	2.511
Ativo imobilizado	12	1.097.371	1.124.484	1.097.371	1.124.483
Ativo intangível	12	5.891	6.119	5.891	6.119
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.145.206</b>	<b>1.204.831</b>	<b>1.118.126</b>	<b>1.144.513</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.000.204</b>	<b>3.054.294</b>	<b>1.988.597</b>	<b>3.066.448</b>
As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.					
<b>PASSIVO</b>					
Fornecedores	13	436.593	135.001	436.600	135.001
Operações com forfaiting e cartas de crédito	14	11.152	169.863	11.152	169.863
Passivo de Arrendamento	15	11.044	9.196	11.044	9.196
Empréstimos e financiamentos	20	2.810.146	615.758	2.810.146	615.758
Instrumentos financeiros derivativos	28	1.053	7.388	1.053	7.388
Salários e encargos sociais	17	42.550	43.920	42.550	43.920
Impostos e contribuições a recolher	18	10.323	11.560	10.323	11.605
Dividendos a pagar	20	-	152	-	152
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	91.738	103.735	91.853	103.851
Outros passivos circulantes	20	60.231	32.552	60.409	32.722
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>3.474.830</b>	<b>1.129.125</b>	<b>3.475.280</b>	<b>1.129.456</b>
Fornecedores	13	155.244	1.947	155.244	1.947
Passivo de Arrendamento	15	1.510	1.592	1.510	2.392
Empréstimos e financiamentos	16	382.145	2.634.945	382.145	2.634.945
Provisão para demandas judiciais	19	766.386	199.267	766.386	199.267
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.1	24.306	40.644	25.598	52.467
Outros passivos não circulantes	20	13.349	-	13.349	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.942.840</b>	<b>2.879.195</b>	<b>1.942.840</b>	<b>2.879.195</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>4.817.670</b>	<b>4.008.320</b>	<b>4.818.120</b>	<b>4.008.651</b>
Capital social	21.a	2.069.566	2.069.566	2.069.566	2.069.566
Debêntures conversíveis em ação	21.b	25.787	25.787	25.787	25.787
Ajuste de avaliação patrimonial	21	135.335	(652.999)	135.335	(652.999)
Ações em tesouraria	(741)	(741)	(741)	(741)	(741)
Prejuízos acumulados	(5.042.338)	(2.390.264)	(5.042.338)	(2.390.264)	
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>(2.817.566)</b>	<b>(954.026)</b>	<b>(2.817.566)</b>	<b>(954.026)</b>
<b>Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>		<b>(2.817.566)</b>	<b>(954.026)</b>	<b>(2.817.566)</b>	<b>(954.026)</b>
<b>Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>		<b>2.000.204</b>	<b>3.054.294</b>	<b>1.988.597</b>	<b>3.066.448</b>
As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.					

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social		Debêntures conversíveis em ações	Custo de Capitalização	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido consolidado
		2022	2021						
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>			<b>2.069.566</b>						<b>(198.590)</b>
Instrumentos financeiros líquido de tributos	21.h	-	-	-	-	-	-	45.497	45.497
Ganhos e perdas var. camb. investimento exterior	21.h	-	-	-	-	-	-	172	172
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	-	8.756	(8.756)	-
Imposto s/ realiz. do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	-	(2.189)	2.189	-
<b>Outros resultados abrangentes</b>								39.102	45.669
<b>Prejuízo do exercício</b>									<b>(801.105)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>			<b>2.069.566</b>						<b>(954.026)</b>
Instrumentos financeiros líquido de tributos	21.h	-	-	-	-	-	-	837.691	837.691
Ganhos e perdas var. camb. investimento exterior	21.h	-	-	-	-	-	-	(147)	(147)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	-	65.347	(65.347)	-
Imposto s/ realiz. do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	-	(16.337)	16.337	-
<b>Outros resultados abrangentes</b>								788.534	837.544
<b>Prejuízo do exercício</b>									<b>(2.701.084)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>			<b>2.069.566</b>						<b>(954.026)</b>
As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.									

#### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Receitas</b>				
Vendas de mercadorias e serviços	2.261.547	4.962.788	2.261.548	5.161.401
Provisão de perda estimada de crédito liquidação duvidosa	1.367	108	1.367	108
Outras receitas	5.362	25.776	5.365	76.283
<b>Insunso adquiridos de terceiros (Inclui o valor dos impostos - ICMS e IPI)</b>				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(2.413.373)	(4.514.085)	(2.413.373)	(4.712.695)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(909.572)	(482.031)	(954.046)	(482.453)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(1.054.669)</b>	<b>(7.444)</b>	<b>(1.059.139)</b>	<b>42.644</b>
<b>Retenções</b>				
Depreciação e amortização	(103.006)	(141.196)	(103.006)	(141.196)
As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.				

#### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

01. CONTEXTO OPERACIONAL

Parapanema S.A. - em recuperação judicial ("Parapanema", "Controladora" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto com sede social em Dias d'Ávila, no Estado da Bahia, na Via do Cobre, nº 3.700, área industrial Oeste, Complexo Petroquímico de Camaçari - COPEC. As ações da Parapanema são listadas e negociadas no mais alto nível de governança corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão desde 1971, e dentro do segmento "Novo Mercado" desde 2012, sob o código PMAM3. A Companhia desenvolve atividades industriais nas áreas de transformação e beneficiamento de minérios, subprodutos e derivados de eles resultantes, e na área da metalurgia, abrangendo produtos ferrosos e não ferrosos consistentes em laminados, extrudados, forjados, manufaturados e semimanufaturados, peças e componentes industriais destinados ao mercado interno e à exportação. O modelo de negócios da Parapanema depende substancialmente de investimentos e financiamentos, obtidos por meio de captações de linhas de créditos bancários, antecipação de recebíveis, prazo de pagamento junto a seus fornecedores de matéria-prima e financiamentos em geral. Em 2021 a Companhia concluiu as negociações, que estavam sendo tratadas desde o primeiro trimestre de 2020 com seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do processo de reestruturação em 2017), e celebrou o Quarto Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças ("Acordo Global"), respectando o cronograma de pagamento das dívidas financeiras até o final do ano de 2028, conforme cronograma de pagamento divulgado na nota 16. Além das garantias outorgadas pela Companhia na reestruturação de dívidas realizada em 2017, já previstas no Acordo Global, a Companhia prestou outras garantias envolvendo ativos operacionais e não operacionais, e se comprometeu a enviar seus melhores esforços para realizar a venda de ativos não operacionais, visando acelerar a amortização dos valores objeto da nova negociação. Para tanto a venda de ativos está sujeita a um processo de governança definido junto aos credores. Conforme fato relevante divulgado em 05 de março de 2022, a Companhia cumpriu com todas as condições precedentes do acordo firmado no dia 29 de dezembro de 2021, que incluiu o pagamento da primeira parcela de juros e principal da dívida reestruturada no valor de R\$135.914. A Companhia amortizou também a segunda parcela no valor de R\$131.158, inaugurando o fluxo semestral previsto no cronograma de amortização do Acordo Global. Se, por um lado, a negociação gerou a positividade

continuação			
	31/12/2022	Concursal	Não Concursal
<b>PASSIVO</b>	<b>436.593</b>	<b>193.805</b>	<b>242.788</b>
Fornecedores	11.152	10.316	836
Operações com forfating e cartas de crédito	11.044	-	11.044
Passivo de Arrendamento	2.810.146	3.089	2.807.057
Empréstimos e financiamentos	1.053	-	1.053
Instrumentos financeiros derivativos	42.550	733,33	35.112
Salários e encargos sociais	10.323	10.323	10.323
Impostos e contribuições a recolher	91.738	33.673	58.065
Passivos relacionados a contratos de clientes	60.231	-	60.231
Outros passivos circulantes	3.474.830	248.221	3.226.609
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>155.244</b>	<b>155.244</b>	<b>155.244</b>
Fornecedores	1.510	-	1.510
Passivo de Arrendamento	382.145	-	382.145
Empréstimos e financiamentos	766.386	192.617	573.769
Provisão para demandas judiciais	24.306	-	24.306
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.349	13.349	(0)
Outros passivos não circulantes	1.342.940	205.966	1.136.974
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>4.817.770</b>	<b>454.187</b>	<b>4.363.583</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>2.069.566</b>	<b>2.069.566</b>	<b>2.069.566</b>
Capital social	25.787	-	25.787
Debêntures conversíveis em ação	(5.375)	-	(5.375)
Custo de Capitalização	135.535	-	135.535
Ajuste de avaliação patrimonial	(741)	-	(741)
Ações em tesouraria	(5.042.338)	-	(5.042.338)
Prejuízos acumulados	(2.817.566)	25.787	(2.843.353)
<b>Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>	<b>(2.817.566)</b>	<b>(2.817.566)</b>	<b>(2.817.566)</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>	<b>2.000.204</b>	<b>479.974</b>	<b>1.520.230</b>

Segue o total de credores por classe

**Por classe de Credores - Inicial**

Classe I - Trabalhista	(192.650)
Classe III - Quirografário	(282.726)
Classe IV - ME e EPP	(4.598)
	(479.974)

Em 16 de fevereiro de 2023 a Companhia protocolou o seu Plano de Recuperação Judicial para discussão e homologação do juiz, no qual são estabelecidos os termos e condições para reestruturação do endividamento da Companhia, bem como as principais medidas que poderão ser adotadas. A integral da decisão que deferiu o processamento do pedido de Recuperação Judicial da Companhia e do Plano de Recuperação Judicial encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico da Companhia em [www.parapanema.com.br/nf](http://www.parapanema.com.br/nf) e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM em [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br). **Entidades do grupo - "Controladas":** A Companhia detém as seguintes participações societárias em suas Controladas diretas:

Controlada	2022	2021
CPC- Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda - em recuperação judicial	100,00%	100,00%
Empresa com sede na cidade de Santo André, SP Brasil, tendo como principal objeto social a comercialização e distribuição de cobre, suas sobras e outros minérios, de suas ligas e dos produtos e subprodutos deles resultantes.		
Carabiá Incorporated Ltd. (*)	100,00%	100,00%
Empresa com sede nas Ilhas Caimã, constituída em 08 de julho de 2005.		
Parapanema Agropecuária Ltda. (*) em recuperação judicial	99,98%	99,98%
Empresa com sede na cidade de Santo André, SP Brasil, tendo como objeto social a exploração de atividades agropecuárias, pastos e reforestamentos.		
Parapanema Netherland B.V. (*)	100,00%	100,00%
Empresa com sede na cidade de Amsterdam, Holanda, constituída em 09 de abril de 2014		
(*) Empresas não estão operacionais		

## 02. BASE DE PREPARAÇÃO

**A) Declaração de conformidade:** As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA Individual e Consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Financeiras. A emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 17 de março de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **B) Bases de mensuração:** As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: **i.** Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; **ii.** Os instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo por meio do resultado; **iii.** Estoques de metais objeto de hedge e mensurados pelo valor justo em reais por meio do resultado; **iv.** Terrenos, edificações e máquinas foram ajustados ao custo atribuído (deemed cost) na data de transição para as IFRS; **v.** A alocação funcional e medida de amortização, demonstrada no balanço patrimonial e Consolidado, está sendo apresentada de acordo com a metodologia de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **D) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são realizadas prospectivamente. **E) Incertezas sobre premissas:** As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão sujeitas a incertezas relacionadas às premissas e estimativas contábeis críticas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **•** Nota 08 - Impostos e contribuições a recuperar; **•** ações tomadas pela Companhia para realização dos créditos de ICMS e homologação de parte dos créditos do PIS e da COFINS; **•** Nota 12 - Imobilizado e intangível; **•** principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis e análise da vida útil; **•** Nota 19 - Provisão para demandas judiciais; **•** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **•** Nota 28 - Instrumentos financeiros; **•** Nota 29 - Impostos, contribuições e provisões. **F) Mudanças Climáticas:** A Superintendência de Atividades Estratégicas da Parapanema S.A em recuperação judicial, e sempre esteve presente na cultura da Companhia. O aprimoramento constante do Modelo de Gestão da Sustentabilidade, fundamentado nos pilares "ESG" - Ambiental, Social e Governança, está correlacionado aos temas estratégicos da Companhia e atrelado à vida de mercado, norteando as ações no dia a dia das operações, para crescimento da Companhia e de toda cadeia produtiva. As mudanças climáticas geram a demanda por tecnologias e fontes de energia limpas. Desta forma, o consumo de cobre e suas ligas é ampliada. Em contrapartida, as mudanças climáticas afetam a Companhia em diversos aspectos, notadamente, impactos na cadeia de suprimentos, qualidade de insumos e matérias-primas para a produção do cobre, bem como, impactar na disponibilidade de recursos hídricos e consumo de água. Neste sentido, como medidas de contenção, em suas unidades industriais, a Parapanema conta com sistemas de tratamento de efluentes e de reutilização de água no processo produtivo e possui a estratégia de ampliar o uso de cobre reciclado, bem como suas ligas, em suas operações. Tendo como base as mudanças climáticas e seus impactos, a Companhia em sua matriz de materialidade para ações sustentabilidade, busca compreender com os stakeholders os principais pontos de impactos, riscos e oportunidades relacionados a este tema, considerando emissões e efluentes, resíduos, água e energia a fim de reduzir os possíveis impactos ambientais das operações da Companhia.

## 03. MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos são determinados por meio de métodos de mensuração de divalção por base de mercado nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas a esse ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados ao valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis de hierarquia ao valor justo (Nota 28.4).

**A) Estoques de metal:** Os valores justos dos metais contidos dentro do estoque são marcados a mercado pelos preços em dólares dos respectivos metais na curva Futura da London Metal Exchange ("LME") e London Bullion Market Association ("LBMA"). As variações dos preços futuros são refletidas no estoque na fase de produção, considerando o prazo estimado que esse estoque será vendido (nota 07). **B) Outros passivos financeiros não derivativos:** Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentem uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

## 04. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia tem aplicado as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **A) Base de consolidação - J. Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando esta exposta a ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **ii.** Investimentos em entidades controladas: As informações financeiras de investidas são reconhecidas na Companhia em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. **iii.** Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não relacionadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **iv.** Moeda estrangeira: As demonstrações financeiras em Transações em moeda estrangeira são convertidas para Real, moeda funcional da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes: **i.** Passivo financeiro designado como proteção (hedge) do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que a proteção (hedge) seja efetiva, os quais são reconhecidos em outros resultados abrangentes; **ii.** Operação (hedge) de fluxos de caixa que se qualifica, os quais são reconhecidos em outros resultados abrangentes. **iii.** Operações no Exterior: Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data de balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão para o Real são taxadas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moedas de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. **iv.** Instrumentos financeiros: **C.1.** Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os ativos financeiros ao custo amortizado inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia transfere as partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer quando os direitos ou fluxos de caixa contratuais do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Os ativos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de fazê-lo. Ativos financeiros não derivativos são mensurados pelo valor justo registrado no reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Compreende o saldo das rubricas de instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos. **C.1.2.** Aplicações Financeiras e recebíveis: As aplicações financeiras e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis. **i.** Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros que possuem liquidez imediata ou em data inferior a 90 dias e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, e são utilizados pela Companhia e suas controladas na gestão das obrigações de curto prazo. Aplicações Financeiras: Aplicações financeiras e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, aplicações financeiras são mensuradas pelo custo amortizado. **ii.** Contas a receber e perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD): O saldo de clientes do mercado externo está convertido para reais com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. A política de vendas da Companhia e suas controladas se fundamenta na minimização dos riscos de crédito fixadas pela Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, especialistas das áreas financeira e comercial avaliam e acompanham o risco dos clientes, de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial. A Companhia conta ainda com perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, demonstrado na Nota 6 de acordo com a norma IFRS 9 (CPC 48), mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais. **C.2.** Passivos financeiros não derivativos: A Companhia e suas controladas reconhecem inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no reconhecimento inicial) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto, fornecedores e outras obrigações a pagar. Saldos bancários a descoberto que tenham que ser pagos quando exigidos e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia e suas controladas são incluídos como um componente do caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa. **C.3.** Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge: A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira, preço das commodities (metal), e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e reconhecidos separadamente se as características operacionais e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados, e o instrumento separado com os mesmos termos do derivativo embutido satisfaz a definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado. No momento da designação inicial do derivativo como um instrumento de hedge, a Companhia documenta formalmente o relacionamento, a estratégia e os riscos entre os instrumentos e objetos de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do hedge. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge, quanto em uma base contínua, se existe a expectativa que os instrumentos de hedge serão efetivos na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa durante o exercício para o qual o hedge é designado. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento

inicial, os derivativos contínuos sendo mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas conforme descrito abaixo. **C.3.1.** Hedges de fluxos de caixa: Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado com um ativo ou passivo financeiro, o hedge é reconhecido e mensurado pelo valor justo. Quando o hedge é reconhecido, as variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentadas na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Quando o item objeto de hedge é um ativo não financeiro, o valor amortizado mantido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo exercício ou exercícios durante os quais o ativo não financeiro afeta o resultado. Caso o instrumento de hedge deede de atender aos critérios de contabilização de hedge, expire, ou seja, vencido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revertida, o custo líquido do derivativo é reconhecido no resultado. Quando o hedge é reconhecido em decorrência da ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado. **C.3.2.** Derivativos embutidos separáveis: Variações no valor justo de derivativos embutidos separáveis são reconhecidas imediatamente no resultado. **C.3.3.** Hedges de Valor Justo: Quando o derivativo é designado como um instrumento de hedge para proteção do valor justo de um ativo ou passivo, a porção efetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida no resultado e pode ser utilizada para ajustar o valor do ativo ou passivo objeto de hedge dependendo de sua natureza operacional. Os custos de transação atribuíveis ao hedge são reconhecidos no resultado líquido de resultado financeiro. Os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos derivativos negociados em bolsas abertas (de mercadorias e futuros) são objeto de teste de efetividade retrospectivo e prospectivo. A marcação a mercado de derivativos usando preços futuros trazem a volatilidade de mercado futuro para o resultado da Companhia e os efeitos não devem ser considerados para medição de sua performance a menos que a política de gestão de risco permita especular com tais instrumentos derivativos, o que não é o caso da Companhia. **C.3.4.** Outros derivativos não mantidos para negociação: Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de hedge que seja mantido para negociação, o custo líquido do derivativo é reconhecido no resultado líquido de resultado. **C.4.** Capital Social - **C.4.1.** Ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo e juntamente com os juros sobre capital próprio somente estorno livres para desembolso quando a Companhia não tiver prejuízos acumulados. **C.4.2.** Debêntures conversíveis em ações: São Debêntures que, com exceção de seu caráter de instrumento privativo de mobilização de recursos, possuem uma opção de conversão em ações da Companhia em condições e prazos de emprimo contrato pelo qual o investidor ou o titular da debênture tem o direito de obter da Companhia visando investimento ou o financiamento de capital de giro. A emissão tem que ser autorizada pelo Conselho de Administração e deliberada em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"). **D) Ativos Mantidos para Venda:** Os ativos não correntes, ou grupos mantidos para venda, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente através de venda ao invés do uso contínuo. Os ativos, ou o grupo de ativos, mantidos para venda, são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas esperadas com a transferência do ativo para o uso contínuo. Quando o valor justo é menor que o valor contábil, o valor justo é calculado para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado e intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação ou amortização é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado e intangível para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

	2021	2021
<b>(Prejuízo) diluído por ação - ordinária</b>		<b>Reapresentado</b>
(Prejuízo) do exercício	(801.105)	(801.105)
Média ponderada da quantidade de ações para o (prejuízo) diluído por ação (*)	40.703.950	40.703.950
Debentures conversível	875.120	875.120
Média ponderada de ações ordinárias para o (prejuízo) diluído por ação	41.570.120	40.703.950
(Prejuízo) diluído por ação - ordinária	-	-

Demonstramos abaixo os efeitos da mudança de prática contábil no período de 2021

	2021	2021	2021
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>4.714.962</b>	<b>4.714.962</b>	<b>4.714.962</b>
<b>Custo dos produtos vendidos</b>	<b>(4.721.342)</b>	<b>(263.134)</b>	<b>(4.984.476)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) bruto</b>	<b>(6.380)</b>	<b>(263.134)</b>	<b>(266.514)</b>
Despesas operacionais	(14.162)	-	(14.162)
Gerais e administrativas	(59.018)	(11.033)	(70.051)
Honorários da administração	(6.796)	6.796	-
Participação dos empregados e administradores	(14.786)	14.786	-
Outras despesas	(323.290)	252.585	(70.705)
Outras receitas	96.619	-	(96.619)
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>	<b>(321.433)</b>	<b>263.134</b>	<b>(58.299)</b>
<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(6.380)</b>	<b>(6.380)</b>	<b>(321.813)</b>
Despesas financeiras	(738.757)	-	(738.757)
Receitas financeiras	275.100	-	275.100
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(791.470)</b>	<b>-</b>	<b>(791.470)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3)	-	(3)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.632)	-	(9.632)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(9.635)</b>	<b>-</b>	<b>(9.635)</b>
<b>Prejuízo operacional</b>	<b>(801.105)</b>	<b>-</b>	<b>(801.105)</b>
<b>Prejuízo básico por ação ordinária em reais</b>	<b>(19.581,26)</b>	<b>-</b>	<b>(19.581,26)</b>
<b>Prejuízo diluído por ação ordinária em reais</b>	<b>(19,26703)</b>	<b>-</b>	<b>(19,26703)</b>

Não há nenhum impacto material no balanço patrimonial, sobre o lucro líquido por ação básico ou diluído do Grupo, sobre a demonstração de mutação do patrimônio líquido e nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## 05. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Notas	Controladora	Consolidado
		<b>2022</b>	<b>2021</b>
		<b>2022</b>	<b>2021</b>
Caixa e bancos	1.502	17.327	1.555
Aplicações financeiras	(a)	945	9.265
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.447</b>	<b>26.592</b>	<b>2.500</b>
		<b>2022</b>	<b>2021</b>
Aplicações financeiras	(b)	20.653	4.911
Aplicações financeiras - Escrow	(c)	16.439	16.439
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>21.350</b>	<b>20.653</b>	<b>21.350</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>21.309</b>	<b>16.332</b>	<b>21.309</b>
<b>Ativo não-circulante</b>	<b>41</b>	<b>4.321</b>	<b>41</b>

Banco conta vinculada

(c)	97	-	97
	<b>97</b>	<b>-</b>	<b>97</b>

A Companhia, seguindo suas políticas de aplicações de recursos, tem mantido suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco, em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha, de acordo com rating divulgado pelas principais agências de risco. As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa: Referem-se a certificados de depósitos bancários renda fixa e debêntures compromissadas e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, possuem liquidez imediata e sem risco de variações significativas de valor em função da taxa de juros; b) Aplicações Financeiras: Referem-se a certificados de depósitos bancários, debêntures compromissadas e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços. O saldo, no consolidado, em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$4.911,82 (R\$5.653 em 31 de dezembro de 2021), estava em garantia para operação de compra de energia no mercado livre e fiança bancária. O valor de R\$16.439 em 31 de dezembro de 2022, referem-se a valor aplicados junto ao Banco Itaú S.A., exclusivamente vinculada ao Acordo Global e serão integralmente direcionados ao pagamento ou antecipação das parcelas definidas no cronograma de amortização da dívida. O Banco Conta vinculada: Trata-se de conta de garantia aberta junto ao Banco Itaú S.A., exclusivamente vinculada ao Acordo Global, com o propósito único de garantir que os adquirentes dos ativos não-operacionais da Companhia estejam com o valor da transação de venda e compra, tornando tais recursos indisponíveis para a Companhia, pois, serão integralmente direcionados ao pagamento ou antecipação das parcelas definidas no cronograma de amortização da dívida.

## 06. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Notas	2022	Controladora	Consolidado
		<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
		<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2021</b>
<b>Clientes no país:</b>				
Terceros	53.346	100.244	54.457	101.356
Partes Relacionadas	11.2	81	-	-
Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa	(50.639)	(51.133)	(51.750)	(52.244)
	2.838	49.192	2.707	49.112

**Clientes no exterior:**

Terceros	43.117	52.883	43.117	52.883
Ajuste de preço	(2.815)	10.334	(2.815)	10.334
Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.462)	(3.344)	(2.462)	(3.344)
	37.840	59.883	37.840	59.883
	40.678	109.075	40.547	108.995

**Ativo circulante**

a) O Ajuste de preço se refere a instrumentos financeiros derivativos contratados nas vendas de lama antidoto e revert (material recuperado dentro do processo metalúrgico que são reprocessados), para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e preço das commodities. A Companhia está exposta ao risco de crédito em decorrência do não recebimento da venda performada de produtos (contas a receber). Para mitigar esse risco, possui políticas e normas para análise e monitoramento de créditos e cobrança de duplicatas. Em conformidade com o IFRS 9, as perdas esperadas em ativos financeiros formam a base para a determinação das perdas a serem reconhecidas no resultado em decorrência da perda do valor recuperável (impairment) dos ativos financeiros. A constituição do saldo de perdas de créditos esperadas, em 31 de dezembro de 2022, considera a somatória da perda esperada, onde é aplicado um percentual de perda de acordo com score do cliente (pontuação de restrição), mais a totalidade dos saldos com atraso superior a 90 (noventa) dias. A movimentação da perda estimada do valor recuperável está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
A vencer há mais de 120 dias	4.679	



## continuação

Companhia, não foram registradas provisões.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Trabalhistas	26.665	48.203	26.699	48.209
Previdenciárias	443.984	938.978	444.765	940.456
Previdenciárias	11.295	33.311	11.295	33.311
Cíveis	602.117	573.809	602.121	573.812
	<b>1.084.061</b>	<b>1.594.307</b>	<b>1.084.880</b>	<b>1.595.788</b>

O processo de maior relevância, cujo risco é avaliado como possível, de natureza tributária está comentado abaixo: **Multa Isolada IPI e IRPJ:** A Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração para cobrança de multa isolada por suposta compensação indevida de débitos de IPI e IRPJ no período de 2004 a 2006, efetuada pela incorporada Carabá Metais S.A., por ter sido realizada antes do trânsito em julgado da ação judicial que discute os créditos utilizados na compensação. Em 24 de agosto de 2010, a incorporada Carabá Metais S.A., obteve êxito parcial no julgamento do Recurso Voluntário apresentado, tendo sido reconhecido, por unanimidade, a inexistência de fundamento legal para imposição de multa isolada lançada até a edição da Lei nº 11.196/2005. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a cobrança é indevida conforme decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.164.452/MG, a qual foi submetido à sistemática de recursos repetitivos, no sentido de que a exigência do trânsito em julgado da decisão judicial é requisito que somente pode ser exigido para ações judiciais após a entrada em vigor da Lei Complementar nº 104/2001, que ocorreu em 11 de janeiro de 2001, ao passo que a ação judicial que fundamentou o crédito utilizado para compensação foi distribuída em 17 de agosto de 1998. Foi proferida sentença, em 24/08/2021, de total procedência nos autos dos Embargos à Execução Fiscal, reconhecendo a ilegitimidade da autuação nos termos acima mencionado e, atualmente, aguarda o julgamento do recurso de Apelação da União. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estima um valor atualizado de R\$120.995 (R\$114,722 em 31 de dezembro de 2021), que por ser estimado pelos assessores jurídicos como possível não é provisionado.

## 20. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Provisão despesas meio-ambiente	(a) 500	5.161	500	5.161
Créditos de clientes	(b) 36.429	1.475	36.455	1.501
Passivos relacionados a contratos de clientes	(c) 91.738	103.735	91.853	103.851
Serviços e honorários advocatícios	(d) 5.767	9.328	5.767	9.328
Partes Relacionadas	11.2	13.348	9.838	9.846
Outros	(e) 800	5.524	5.901	5.660
Comissões sobre vendas	5.757	5.524	5.901	5.660
Dividendos a pagar	-	152	-	152
Outros	1.978	1.226	1.978	1.226
<b>Passivo circulante</b>	<b>165.318</b>	<b>136.439</b>	<b>152.262</b>	<b>136.725</b>

Dividendos a pagar	91.738	103.735	91.853	103.851
Passivos relacionados a contratos de clientes	60.231	32.552	60.409	32.722
Outros passivos circulantes	13.349	-	-	-
<b>Outros passivos não circulantes</b>	<b>165.318</b>	<b>136.439</b>	<b>152.262</b>	<b>136.725</b>

a) Refere-se aos gastos previstos para cumprimento das obrigações assumidas no TAC-Termo de Ajuste de Conduta, assinado em 04 de dezembro de 2015, entre o Ministério Público da Bahia, Parapanema e outros, cujo objeto é a adoção de medidas mitigadoras, reparatórias e compensatórias dos impactos ambientais na área de influência de ilha de Mare. b) Crédito de clientes refere-se à transação entre os parâmetros de preços, volumes e/ou testes metálicos cobrados no faturamento e os parâmetros finais da entrega. c) Valor referente a adiantamentos efetuados por clientes (maioria provenientes de exportação) onde o preço de venda final é posteriormente ajustado pelo volume, teor metálico ou qualidade verificada pelo cliente. d) Refere-se a provisão de honorários advocatícios sobre erro em processos distribuídos contra a Companhia. e) Refere-se a provisão de despesas diversas ocorridas no período, aguardando documentação legal para liquidar a obrigação.

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2022	2021
a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$2.069.566.247,56 (Dois bilhões, sessenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) dividido em 43.403.849 (quarenta e três milhões, quatrocentos e três mil, oitocentas e quarenta e nove) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Segue abaixo a composição acionária do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2022.	16,179	7.022.106

	2022	2021
Caixa Econômica Federal	16,179	7.022.106
Mineração Britânica S.A.	10,431	4.527.443
Carigil Financial Services Internat. Inc	7,923	3.438.867
EWZ Investments LLC - Socopa Soc Corretora Paulista S.A.	6,497	2.820.000
Glencore International Investments Ltd	5,734	2.488.687
Bonsucor Holding S.A.	5,707	2.477.074
Luiz Bardi Filho	5,373	2.332.000
Ángel em Tesouraria	0,003	1.441
Mercado	18,296	81
Outros	42,153	43.403.849

**Quantidade de Ações**  
**i) Debêntures conversíveis em ações:** O Conselho de Administração aprovou, em 29 de agosto de 2017, o lançamento da oferta pública de debêntures, mandatoriamente convertíveis em ações da Companhia. O lançamento da oferta pública com esforços restritos de colocação de debêntures, mandatoriamente convertíveis em ações da Companhia, em duas séries, da espécie quinquenária, sem garantia adicional, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, pelo Banco Modal S.A. Agente Fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Agente Escriturador Banco Bradesco S.A. Valor unitário R\$1,00. A subscrição foi no montante de R\$360.004 de debêntures convertíveis em 207.694.550 de ações. Em 22 de setembro de 2017, os investidores converteram as dívidas em debêntures. Foram emitidas 334.216.991 debêntures da 1ª Série e 25.786.827 debêntures da 2ª Série. As debêntures da 1ª Série venceram em 01 de setembro de 2019. As debêntures da 2ª Série, que venceriam em 01 de setembro de 2021, tiveram em 20 de agosto de 2021, seu prazo de vencimento prorrogado para 01 de setembro de 2023. As debêntures da 1ª Série foram integralmente convertidas em ações, conforme prazo de vencimento, sendo R\$249.402 em 2017, R\$5.956 em 2018 e R\$78.858 em 2019. Em virtude do ingresso da Companhia em Recuperação Judicial em 30 de novembro de 2022, houve o vencimento antecipado das debêntures da 2ª Série, de modo que, passaram a compor a lista de créditos da Classe III do Quadro de Credores da Recuperação Judicial, sujeitos aos termos e condições de pagamento que serão aprovados no Plano de Recuperação Judicial. Em 31 de dezembro de 2022 o total de debêntures convertidas em ações totalizaram R\$534.217, e o saldo a ser convertido é de R\$25.787. c) **Capital social autorizado:** A Administração da Companhia está autorizada a aumentar o capital social da Parapanema independentemente de decisão de assembléia, mediante deliberação do Conselho de Administração, no limite de até R\$3.500.000 (três bilhões e quinhentos milhões de reais), cabendo também ao Conselho de Administração a fixação das condições de emissão e colocação dos títulos emitidos, entre as hipóteses permitidas por lei. d) **Direitos das ações:** Aos titulares de ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da legislação societária brasileira, devendo ser pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados pela Assembleia Geral. Detêm o direito de voto todas as ações ordinárias que compõem a titularidade do capital social, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado. Conforme Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os detentores de ações ordinárias da Companhia têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço que as ações do bloco de controle tenham sido negociadas (tag along de 100%) e Reserva legal. A Lei das Sociedades por Ações exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva a 20% do valor do capital social. f) **Ações em tesouraria:** Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém 1.441 ações em tesouraria. O valor de mercado da totalidade das ações em tesouraria calculado com base na última cotação em bolsa era de R\$7 e R\$15 respectivamente. g) **Reserva de incentivos fiscais:** A Parapanema é beneficiária até 2027, nos termos do Regulamento dos Incentivos Fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, conforme instituído pela Portaria Ministério de Estado da Integração Nacional - MIN Nº 283 de 04/07/2013 ("Regulamento"), da redução fixa de 75% do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração. O lucro líquido é calculado com base no lucro líquido apurado no período, excluindo dos benefícios fiscais (i) os resultados financeiros e (ii) os ganhos de capital. De acordo com o artigo 11 do Regulamento, "o valor do imposto que devar de ser pago em virtude dos benefícios fiscais de que trata este Regulamento não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de incentivos fiscais, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social". Assim, se constitui uma obrigação da Companhia destinar à Reserva de Incentivo Fiscal o valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que devar de ser pago), o qual, por definição, não transita pelo resultado, por não se referir à entrega de bens ou serviços pela Companhia. h) **Ajustes de avaliação patrimonial:** A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui: o ganho ou prejuízo líquido cumulativo do valor justo dos instrumentos, usados como hedge de fluxo de caixa na pendência do reconhecimento futuro no resultado, junto com o efeito do lucro líquido quando ambos forem liquidados. Conforme descrito na nota 28.6.1, diante do atual cenário da Companhia, houve a baixa do saldo da linha de Ajuste de avaliação patrimonial. • Ajustes acumulados de conversão, que incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das Demonstrações Financeiras das empresas Controladas com operações no exterior. • O saldo da conta Reserva do Custo Atribuído refere-se a valores constituídos antes da vigência da Lei nº 11.638/07, e está mantido até sua efetiva realização. A realização da reserva é refletida na conta de lucros ou prejuízos acumulados. O mesmo tratamento é dado com referência à reversão dos impostos e contribuições diferidas, que foram registrados por ocasião da contabilização do custo atribuído. Movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial

	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(431.110)	(27.941)
Movimentação	22.303	25.139
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(408.807)	(2.802)
Movimentação	408.807	2.802
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

i) **Valor de mercado das ações da Companhia:** O valor de mercado das ações da Companhia, de acordo com a última cotação média das ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, correspondia em 31 de dezembro de 2022 a R\$200.960 (R\$448.796 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2022, um patrimônio líquido negativo, passivo a descoberto, de R\$2.817.566 (R\$954.026 negativo em 31 de dezembro de 2021), sendo o valor patrimonial das ações de R\$-64,92 (R\$-21,98 em 31 de dezembro de 2021). j) **Lucro (Prejuízo) por ação:** O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Parapanema, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do (prejuízo), atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações ordinárias, utilizados no cálculo do (prejuízo) básico por ação:

	2022	2021
(Prejuízo) básico por ação - ordinária	(2.701.084)	(801.105)
Média ponderada da quantidade de ações para o (prejuízo) básico por ação (*)	40.703.950	40.703.950
(Prejuízo) básico por ação - ordinária	(66.35926)	(19.68126)
(Prejuízo) diluído por ação - ordinária	(2.701.084)	(801.105)
Média ponderada da quantidade de ações para o (prejuízo) diluído por ação (*)	40.703.950	40.703.950
(Prejuízo) diluído por ação - ordinária	(66.35926)	(19.68126)

(\*) A média ponderada da quantidade de ações considera o efeito da média ponderada das mudanças nas ações, exceto em tesouraria, durante o exercício. Não houve outras transações envolvendo debêntures ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas Demonstrações Financeiras. k) **Distribuição do Lucro:** O estatuto social prevê um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária.

## 22. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	2022	2021
Recita de vendas	2.466.441	5.046.122
Impostos e Deduções de Vendas	(460.455)	(529.773)
Programa de integração social - PIS	(16.653)	(31.004)
Contrib. financ. da seguridade social - COFINS	(76.704)	(142.805)
Demais deduções sobre vendas	(257.827)	(129.688)
<b>Recita líquida de vendas</b>	<b>2.005.986</b>	<b>4.516.349</b>
Recita líquida MI	920.421	1.788.797
Recita líquida ME	1.085.565	2.727.552
	<b>2.005.986</b>	<b>4.516.349</b>

b) **Informações geográficas - receita bruta de clientes no exterior**

	2022	2021
América	279.040	1.004.399
Europa	889.514	1.617.237
Ásia	134.981	203.567
África	424	424
	<b>1.303.959</b>	<b>2.825.203</b>

As exportações realizadas para Europa e Ásia estão basicamente representadas pelas vendas às empresas na modalidade trading companies, onde o principal destino foi a China.

## 23. DESPESAS POR NATUREZA

	2022	2021
Custo do Metal	(1.873.202)	(4.110.594)
Pessoal	(215.934)	(222.471)
Depreciação	(103.006)	(141.196)
Energia elétrica	(13.605)	(11.550)
Serviços de terceiros	(70.691)	(62.699)
Manutenção	(40.707)	(52.233)
Estoque de Insumos utilizados	(52.196)	(56.430)
Aluguéis	(8.674)	(11.394)
Assuntos insti. e legais	(19.755)	(19.789)
Informática/telecomunicação	(8.224)	(9.406)
Outras despesas	(10.610)	(9.986)
Despesas de viagem	(878)	(310)
Vendas e marketing	(682)	(690)
Participação nos resultados	(11.679)	(14.812)
Honorários da administração	(a) (7.927)	(6.796)
<b>Despesas comerciais</b>	<b>(2.587.472)</b>	<b>(4.868.925)</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>(2.504.151)</b>	<b>(4.785.863)</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>(2.587.472)</b>	<b>(4.868.925)</b>

a) Honorários da Administração e do Conselho Fiscal: A Companhia considerou como "Pessoa Chave da Administração", conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e IAS 24/PCF 05 (R1), os integrantes da sua Diretoria Estatutária, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A Companhia não possui acionista controlador e não há Acordo de Acionistas.

	2022			2021		
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Salário ou pró-labore	2.603	2.714	463.5.780	2.617	1.913	463.9.999
Benefícios	522	-	522	569	-	569
Encargos sociais	520	542	92.1.154	524	383	93.1.000
<b>Remuneração fixa</b>	<b>3.645</b>	<b>3.256</b>	<b>555.7.456</b>	<b>3.710</b>	<b>2.296</b>	<b>556.6.562</b>
Bônus pós-emprego	471	-	471	9	-	9
Outros	471	-	471	225	-	225
<b>Outros Remunerações Honorárias</b>	<b>471</b>	<b>-</b>	<b>471</b>	<b>234</b>	<b>-</b>	<b>234</b>
<b>da administração</b>	<b>4.116</b>	<b>3.256</b>	<b>555.7.927</b>	<b>3.944</b>	<b>2.296</b>	<b>556.6.796</b>
Bônus (ICOP)	32	-	32	2.107	-	2.107
Encargos sociais	-	-	-	420	-	420
<b>Remuneração Variável</b>	<b>32</b>	<b>-</b>	<b>32</b>	<b>2.527</b>	<b>-</b>	<b>2.527</b>
<b>Vendas</b>	<b>4.116</b>	<b>3.256</b>	<b>555.7.927</b>	<b>6.471</b>	<b>2.296</b>	<b>556.9.323</b>

Os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração não são partes em contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, nem remuneração com base em ações.

## 24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Recuperações de impostos	4.680	8.036	4.680	8.036
Recuperação de impostos	(2.837)	(11.378)	(2.837)	(11.378)
Reversão de vendas estimadas	2.215	-	2.215	-
Reversão de vendas	272	260	272	260
Vendas diversas	3.301	6.655	3.301	6.655
Locação de imóveis e eqüipos.	452	3.951	452	3.951
Vendas de sucatas	4.498	-	4.498	-
Reversão de provisão	4.642	-	4.642	-
Ganho no recebimento processo arbitral	1.751	1.362	1.752	1.466
Outras receitas	24.647	46.108	24.648	96.619
<b>Total de outras receitas</b>	<b>(326.749)</b>	<b>(13.254)</b>	<b>(326.749)</b>	<b>(13.254)</b>
Provisão para demandas judiciais	(10.813)	(9.701)	(10.813)	(9.701)
Indenizações trabalhistas	(2.641)	(5.310)	(2.641)	(5.310)
PIS e COFINS sobre outras receitas	10	-	10	-
Provisão perda Ativos mantidos para venda	(7.305)	(431)	(7.305)	-
Despesas negociação de energia	(3.038)	(8.130)	(3.038)	(8.130)
Provisão de Honorários de Exerto	(1.916)	(8.135)	(1.916)	(8.135)
Custo auto imobilizado baixado	(1.617)	(3.803)	(1.617)	(3.803)
Multas por atraso parcelar dívida	-	9.246	-	9.246
Multas por atrasos parcelar dívida	(9.693)	(12.199)	(9.694)	(12.199)
Custos das vendas diversas	(16.500)	-	(16.500)	-
Outras despesas financeiras	(2.547)	(2.189)	(2.547)	(2.189)
Provisão perda ICMS base calculo PIS/COFINS	(4.252)	-	(4.252)	-
Desagio venda de precatórios	(6.166)	-	(6.166)	-
Outras despesas	(593)	(2.239)	(593)	(2.247)
<b>Total de outras despesas</b>	<b>(812.120)</b>	<b>(71.122)</b>	<b>(856.151)</b>	<b>(70.705)</b>
<b>Total de outras, líquidas</b>	<b>(787.473)</b>	<b>(25.014)</b>	<b>(831.503)</b>	<b>25.914</b>

a) Valor referente a negociação no mercado de energia elétrica. Em 2022 foram cobrados dos agentes do mercado livre o valor dos encargos que aumentou consideravelmente devido à crise hídrica de 2021.

## 25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Variação cambial	(1.238.849)	(391.165)	(1.238.849)	(391.165)
Instrumentos financeiros derivativos	(13.674)	(41.320)	(14.745)	(41.320)
Hedge de valor justo de estoques	-	(1.802)	-	(1.802)
Despesa de juros	(344.564)	(223.861)	(356.835)	(222.267)
Ajuste a valor presente	(9.843)	(35.324)	(9.843)	(35.324)
Despesas bancárias / IOF	(4.276)	(2.284)	(4.408)	(2.323)
Variação monetária passiva	(263.763)	(37.257)	(263.763)	(37.257)
Outras despesas financeiras	(1.884.192)	(740.297)	(1.884.455)	(738.757)
<b>Total resultado financeiro</b>				



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

**Aos Conselheiros e Diretores da Paranapanema S.A.**

Dias d'Ávila - BA

**Abstenção de opinião**

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Paranapanema S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

**Base para abstenção de opinião**

Conforme nota explicativa nº 1, em 13 de Dezembro de 2022, a Companhia ajuizou o pedido de recuperação judicial em conjunto com a controlada CDPC - Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda. e Paraibuna Agropecuária Ltda.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia incorreu em prejuízos de R\$ 2.701.084 mil e naquela data, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 2.905.316 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa nº 1, e o fato da Companhia ter ingressado no processo de recuperação judicial, indicam a existência de incertezas significativas que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

A reversão desta situação depende da homologação do plano de recuperação judicial. Considerando que o plano de recuperação, apresentado em 16 de Fevereiro de 2023, está sujeito a objeção pelos credores, e que havendo tal situação, será convocada uma assembleia geral de credores, não foi possível determinar, no estágio atual, qual será o desfecho desse assunto e seus impactos sobre as demonstrações financeiras, bem como concluirmos se o pressuposto

de continuidade operacional, base para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, é apropriado.

**Outros assuntos****Demonstração do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Devido a relevância do assunto descrito na seção "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir se essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico.

**Valores correspondentes**

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparados originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa nº 4.u, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 17 de Março de 2022. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os referidos ajustes e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre elas tomados em conjunto.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 17 de Março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.

Marcelo Gavioli